ENTREVISTA

A ATUALIDADE DO CONTESTADO

O jornalista e historiador Milton Ivan Heller lançou em agosto livro que aborda a maior guerra camponesa das Américas pág_05

Regis Luís Cardoso

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
MUDOU-SE
DESCONHECIDO
RECUSADO
FALECIDO
AUSENTE
NÃO PROCURADO
END. INSUFICIENTE
NÃO EXISTE Nº INDICADO
OUTROS
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
____/____/____ RESPONSÁVEL
Fechamento autorizado. Pode ser aberto pela ECT

Impresso Especial
9912230590/2009 – DR/PR
SINDICATO DOS JORNALISTAS
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Extra Pauta

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | nº 97 | Setembro_2012 | www.sindijorpr.org.br

GESTÃO JUNTOS SOMOS + FORTES
CUT
FENAJ FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

AÇÃO GPP

Vitória do Coletivo

Jornalistas do GPP compareceram em assembleias. A ação resultou numa conquista de mais de R$ 9 milhões em horas extra pág_04

Regis Luís Cardoso

ESPECIAL

INSEGURANÇA NO TRABALHO

"A impunidade chega a 90% dos assassinos de jornalistas nos últimos dez anos" pág_03

EVENTO

7º PRÊMIO SANGUE BOM

Inscrições abertas para o evento que valoriza os jornalistas paranaenses pág_08

Remetente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná | Rua José Loureiro, 211 – Centro - CEP: 80.010-000 - Curitiba-PR

EDITORIAL

A lição dos jornalistas do GPP

Em meio ao crescente individualismo que tem sufocado o sindicalismo, sobretudo no jornalismo, alguns fatos surgem como uma prova de que é possível garantir direitos por meio da atividade coletiva. O mais recente deles a ser comemorado por toda a categoria é a vitória na ação coletiva das horas extras do Grupo Paulo Pimentel. O acordo de mais de R$ 9 milhões veio com o reconhecimento da justiça sobre um direito que vinha sendo negado aos trabalhadores que dedicaram horas da sua vida em benefício da empresa e que, infelizmente, ainda faz parte do dia a dia de muitos outros jornalistas que trabalham acima das 5 horas diárias, sem receber por isto.

Contudo, mais do que a vitória na ação que fortalece a luta dos jornalistas em defesa da jornada diferenciada, os jornalistas do GPP deixam uma valiosa lição. A conquista do grupo que apostou no conjunto, manteve-se unido e entendeu que o sindicato é feito por eles próprios.

O assunto, tratado na capa do jornal Extra Pauta deste mês, traz um breve histórico dos principais fatos que culminaram com o resultado positivo. Na onda das boas notícias, também comemoramos o importante passo em defesa do diploma de jornalismo no Senado Federal e que agora depende da aprovação dos deputados.

Concomitante a estas e uma série de outras atividades que vêm sendo desenvolvidas pela atual gestão do Sindijor-PR, devemos nos concentrar na Campanha Salarial deste ano. Em breve iniciaremos as negociações para reivindicar novas pautas à Convenção Coletiva de Trabalho. A participação e o envolvimento dos jornalistas é fundamental para fortalecer o sindicato neste processo. Sindicalize-se, participe das assembleias e acesse nossa página!

> “O acordo de mais de R$ 9 milhões veio com o reconhecimento da justiça sobre um direito que vinha sendo negado aos trabalhadores”

ARTIGO

PEC do diploma: o caminho de volta

*Mário Messagi Júnior **

A defesa do diploma nunca foi unanimidade entre os próprios jornalistas. Posições contrárias invocavam a democratização via comunicação popular, feita pelos próprios militantes de movimentos sociais como evidência de que o diploma não só era desnecessário, como também antidemocrático. Outras posições, de velhos militantes da imprensa, traziam a memória da forma como surgiu a regulamentação, em pleno regime militar, para ler a exigência, no presente, pela memória do passado. Alguns acusavam a baixa qualidade na formação superior, apontando interesses econômicos da “indústria do canudo” na causa. Alguns, pura e simplesmente, acreditavam na velha tese de que jornalismo é talento inato.

Então, o voto de Gilmar Mendes no STF espinafrou a profissão e a reduziu a quase nada, copiando na íntegra todos os argumentos da Promotoria. Deixou claro o seu propósito e a quem beneficiava, numa ação em que a Fenaj atuava de um lado e a Folha de São Paulo, do outro. Isso mudou o rumo dos debates, dentro da categoria inclusive.

Mendes chegou a afirmar que não há nenhuma questão ética que não possa ser discernida pelo cidadão comum, sem formação alguma, assim como não havia nenhuma especificidade ética na arte de cozinhar. Fazer jornalismo e cozinhar arroz e feijão eram, do ponto de vista moral, da mesma complexidade.

Para ser jornalista, hoje, não é necessário sequer ser alfabetizado. O horror desta decisão foi entendido rapidamente. A contradição do voto do douto ministro não pode ter a concordância de nenhum profissional, pois é fruto do mais absurdo desconhecimento do jornalismo. A tese central que derrubou o diploma era de que a exigência feria a liberdade de expressão, consagrada na Constituição. O jornalismo, para ser inconstitucional, era visto como o exercício da opinião diária nos jornais. Mais que isso, a exigência era tomada como um obstáculo à manifestação da opinião de não-diplomados nos jornais. Pelo contrário, o contradito faz parte das obrigações profissionais de um jornalista. Pouco importavam as evidências do que a profissão é hoje.

Este caminho começa a ser desfeito agora, com a votação em segundo turno no Senado da PEC do Diploma. Poucos argumentos contra tal exigência sobraram. Manter a profissão desregulamentada é colocar a cabeça no buraco feito avestruz e não ver o que se tornou o jornalismo hoje. É não ver seu compromisso e sua relevância para a democracia.

* Mário Messagi Júnior é jornalista.
Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e atua como professor na UFPR.
É doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos.

As opiniões aqui publicadas não refletem necessariamente a posição do Sindijor, são de responsabilidade do próprio autor.
Envie também seu artigo: extrapauta@sindijorpr.org.br

DESDOBRAMENTO

Sindijor segue em defesa do Concurso Público na RTVE

A capa do **EP Digital de agosto** abordou a questão da Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE). Após o início das abordagens do Sindijor-PR, a própria Secretaria Estadual de Comunicação concordou em realizar o Concurso Público na emissora estadual. Nesta edição de setembro, na editoria Dia a Dia, o leitor poderá saber mais de como foram as reuniões realizadas pelo Sindijor com os trabalhadores da emissora.

EXPEDIENTE

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.
ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/PR. CEP 80010-000. **Fone/Fax:** (041) 3224-9296.
E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br
Jornalista responsável: Guilherme Carvalho (MTB: 4492)
Redação: Regis Luis Cardoso (MTb 5849) | extrapauta@sindijorpr.org.br
Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor | www.ctrlscomunicacao.com.br
Impressão: Folha de Londrina
Tiragem: 1.500 exemplares

Regis Luís Cardoso

Jornalista Mauri König na redação da Gazeta do Povo

Primeiro semestre violento para jornalistas

Paraná acompanha triste realidade apontada em pesquisa. Nigéria, Brasil, Somália, Indonésia e México são os lugares mais perigosos para a categoria

Pesquisa feita pelo International News Safety Institute revela que pelo menos 70 trabalhadores (jornalistas e profissionais de mídia) morreram em coberturas jornalísticas no primeiro semestre de 2012. Quinze delas foram confirmadas na Síria, entre janeiro e junho deste ano. Ano passado foram computados 124 mortos, 56 no primeiro semestre. "Jornalistas estão mais do que nunca na mira dos inimigos da liberdade de expressão", diz Rodney Pinder, diretor do International News Safety Institute, responsável pela divulgação dos números. O agravante é que a maior parte das mortes dos jornalistas aconteceu em países que estão em períodos de paz. "(...) 43 jornalistas morreram em países que estão oficialmente em paz, em sua maioria vítimas de criminosos, muitas vezes auxiliados por forças policiais, políticos e empresários corruptos" (texto do INSI).

> "Segundo estudo do INSI, a impunidade chega a 90% dos assassinos de jornalistas nos últimos dez anos"

Ameaças também fazem parte do dia a dia do jornalismo paranaense. Foi assim com Mauri König, em que postagens anônimas o classificavam como "inimigo público número 1 da Polícia Civil". O fato ocorreu em maio deste ano quando o jornalista da Gazeta do Povo fez uma série de reportagens intitulada "Polícia Fora da Lei", que apurou irregularidades na aplicação do Fundo Rotativo da Polícia, com denúncia de funcionários, inclusive delegados, por mau uso de verba e bens públicos.

Segundo o jornalista König, o risco se estende a todos no exercício da profissão, pois há uma clara intenção de calar a imprensa. "Embora as ameaças tenham se dado por meio de postagens anônimas em um blog, está claro que se trata de policiais. O propósito é impor o terror permanente, uma vez que eles sabem quem eu sou e por onde transito, mas eu não sei quem eles são. É difícil se proteger de um inimigo invisível, sem saber quando e onde vai atacar. O que agrava é o fato de o comando da Polícia Civil nem sequer ter se manifestado sobre as ameaças. Ou seja, quem ameaçou se sente respaldado pelo comando", explica König.

ASSASSINATOS NO BRASIL

O caso de maior repercussão aconteceu dia 23 de abril deste ano, quando Décio Sá foi assassinado num bar em São Luís (MA) com seis tiros vindos de uma pistola exclusiva de uso militar. O jornalista trabalhava na editoria de política do jornal O Estado do Maranhão e também editava o Blog do Décio. Jhonatan de Souza Silva, 24 anos, assassino confesso do jornalista, disse ter sido contratado por uma quadrilha de agiotas para matar Décio, também há suspeitas de envolvimento político no caso. O desfecho desse crime ainda está na justiça.

Este ano, no Brasil, além de Décia Sá, outros jornalistas foram assassinados: Valério Luiz de Oliveira, Goiânia (GO); Paulo Roberto Cardoso Rodrigues (Paulo Rocaro), Ponta Porã (MS); Mário Randolfo Marques Lopes, Vassouras (RJ) e Laécio de Souza de Simões Filho, Simões Filho (BA).

Levantamento local

No Paraná, o Sindijor relembra quatro casos que remetem há períodos obscuros da nossa história (ocorridos no mês de junho).

1 DE JUNHO: O mês começou com uma ação movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra o blog Lado B, da jornalista e ex-diretora do Sindijor, Thea Tavares. A tentativa de cercar a liberdade de expressão surgiu após a jornalista publicar em seu canal na web, textos e imagens a respeito do então prefeito, hoje candidato a prefeitura de Curitiba, Luciano Ducci. Passados dois meses, a jornalista Thea Tavares publicou em seu blog (11 de agosto) que os juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), por unanimidade, decidiram negar provimento ao recurso impetrado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra o blog.

5 DE JUNHO: O vereador Marcos Rios (PDT), de Cascavel, oeste do Paraná, agrediu verbalmente a jornalistas Laís Lainy, do Jornal Hoje e também diretora de cultura do Sindijor (Subseção Cascavel). O político citou a jornalista em sessão ordinária na Câmara Municipal da cidade. Na mesma casa legislativa, outro vereador, Mario Seibert (PTC), citou outro profissional da imprensa cascavelense, Paulo Martins, da TV Tarobá, e difamou o trabalho jornalístico na região. Seibert fez a seguinte declaração: "(...) não é a justiça ou a imprensa que paga o salário dessa merda de Câmara".

18 DE JUNHO: Em Paranaguá, litoral paranaense, um caso estarreceu não só o Sindijor-PR, mas todos que trabalham com a imprensa na região. Nello Morlotti, radialista na cidade, atacou verbalmente a jornalista Andressa Urbick, da TVCI (empresa parnanguara). O fato ocorreu na sede do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quando a jornalista fazia uma pauta e foi impedida com ameaças, acusações arbitrárias e ofensas morais.

30 DE JUNHO: A equipe de jornalismo da RICTV Record cobria pauta sobre suposta briga entre punks e skinheads, que terminou com a morte de um homem. No decorrer dos acontecimentos, o suspeito pelo crime foi detido e estava no 1º Distrito Policial de Curitiba. Na manhã do dia 30, alguns dos envolvidos na briga foram até a delegacia prestar depoimento. Quando encontraram a equipe de reportagem, agrediram o repórter e o cinegrafista da emissora, que registraram Boletim de Ocorrência no mesmo Distrito.

Em caso de problemas similares...

O departamento jurídico do Sindijor-PR recomenda ao jornalista, em caso de ameaça ao profissional, que primeiramente faça um Boletim de Ocorrência. O próximo passo é o comunicado ao sindicato da categoria, pois em caso de ameaça, a entidade que defende a coletividade dos trabalhadores pode defendê-lo de acordo com a violação da prerrogativa profissional, que nos termos jurídicos é chamado de desagravo.

Vitória histórica: Jornalistas receberão R$ 9 mi em horas extras do GPP

Trabalhadores aceitam acordo após vencerem ação coletiva. A conquista tem o inédito reconhecimento de horas extras também para editores

A confirmação de uma importante vitória ocorreu dia 14 de agosto. A ação coletiva de autoria do Sindijor-PR, comprovou na justiça que a Editora O Estado do Paraná estava irregular ao não pagar as horas extras aos trabalhadores. "Esse reconhecimento é resultado da luta da categoria, que acreditou no sindicato e se manteve unida durante todo o tempo, apesar das tentativas de divisão. Esperamos que esta questão sirva de exemplo para todas aquelas empresas que extrapolam a jornada dos jornalistas", explica Guilherme Carvalho, presidente do Sindijor.

A homologação do acordo para a ação impetrada pelo Sindicato contra a Editora O Estado do Paraná, foi alinhavada pela vice-presidência do TRT09. Depois de quatro meses de negociação, os cerca de 100 trabalhadores, substituídos pelo Sindicato na ação, receberão do ex-proprietário da empresa, Paulo Pimentel, pouco mais de R$ 9,1 milhões, equivalente a 90% do valor total calculado pelos peritos contábeis do Sindijor-PR. O valor será pago em três parcelas: 1ª em 04/09; 2ª em 01/11 e a 3ª até o dia 20/12. Caso os prazos não sejam cumpridos, a empresa pagará multa de 30% do valor total.

Além disso, essa é a primeira ação coletiva que reconhece horas extras para editores, que normalmente trabalham além da jornada. Segundo Roger Pereira, funcionário envolvido na ação e membro do Conselho Fiscal do Sindijor, "o pagamento de horas extras está previsto em nossa convenção coletiva de trabalho, mas era simplesmente ignorado pelos patrões. Nos últimos anos, o Sindicato visitou todas as empresas cobrando a regularização dessa situação".

A direção do Sindicato explica que em muitas redações aconteceram acordos, como o início do pagamento das horas extras, a criação de bancos de horas e até a extensão da jornada com a devida compensação salarial (aprovadas caso a caso pelos próprios funcionários das empresas). Porém, no caso do GPP, o direito dos trabalhadores foi ignorado. Nesse período houveram tentativas não concretizadas de diálogo com a empresa, o que levou a ação à justiça.

"É importante destacar a postura do Sindicato durante esses quatro anos, negociando o direito de um a um dos jornalistas que trabalharam na empresa, não distinguindo os filiados à entidade dos não filiados, nem os que apoiavam a ação dos que a ela eram contrários e não excluindo do rol de beneficiados, sequer, os jornalistas que testemunharam em favor da empresa ou que se desfiliaram da entidade justamente por serem contrários à ação", conclui Roger Pereira, jornalista beneficiado na ação.

POR QUE VITÓRIA DUPLA?

A grande vitória dos jornalistas paranaenses teve o inédito reconhecimento de horas extras também para editores, que normalmente trabalham além da jornada. Segundo o advogado do Sindijor-PR, Christian Marcello Mañas, "a decisão do Tribunal faz uma interpretação correta da lei para evitar a prática de fraude, nas empresas de comunicação, utilizando indevidamente a denominação 'editor' para jornalistas com o único objetivo de eximir-se do pagamento de horas extras. É um precedente jurisprudencial relevante", conclui o advogado, sócio do escritório que defendeu o Sindijor na ação.

O que diz a Lei: Denominação "editor" não quer dizer que o profissional tem posição de chefia no Jornalismo. Desembargadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT) concluíram que um editor admitido para cumprir 5 horas por dia deve receber pela hora extra que trabalhar. O benefício não vale, porém, para o que exerce função de confiança, atua como chefe e dirige as etapas de produção de um jornal impresso.

Entende a diferença: Dois trechos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) mostram a diferença entre os direitos ou não de horas extras. O artigo 303 da CLT diz que a jornada de trabalho do jornalista é 5 horas diárias. Se o contrato com o profissional segue esse dispositivo legal (o profissional está contratado como jornalista), exceder esse limite justifica o pagamento de hora extra.

Já se o editor chefia um setor, lidera outros colegas ou já recebe gratificação substancial, a situação muda. Regido pelo artigo 306, este editor entra na lista de exceções à regra e pode cumprir 5 horas ou mais, a exemplo do "redator-chefe", sem receber a mais por isso.

ENTENDA O CASO

No dia 24 de abril de 2007, a antiga presidente do Sindijor, Aniela Almeida (2006/2009), amparada por Sidnei Machado (advogado do Sindijor, autor da ação e representante jurídico da entidade desde os anos 1990), começaram a providenciar os nomes de todos os trabalhadores do GPP. Essa investigação, que detalhou os horários de trabalho, funções, acúmulos de funções e ausência de pagamentos de horas extras, foi fundamental para o sucesso desta ação.

Márcio Rodrigues, que era diretor de defesa corporativa do sindicato e que depois assumiu a presidência (2009/2012), levantou os primeiros dados reivindicados pelos jornalistas nos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná. "Cerca de 110 profissionais à época. Fomos para a primeira reunião com a diretora administrativa da 'casa', Vera Pimentel. Ela nos recebeu com um sorriso no rosto, boa conversa e curiosidade a respeito da pauta interna dos jornalistas", relembra Rodrigues, jornalista que também foi beneficiado na ação.

"Não podemos aceitar quase nada daqui. A única coisa é que podemos manter a ginástica laboral, embora a maioria nem participe" – "foi o que disse a diretora do GPP na época, Vera Pimentel", revela o ex-presidente do Sindijor-PR. A cada rodada de negociação, o GPP alegava suas contas no vermelho. Chegou até a fazer auditoria para reduzir o contingente de profissionais, porém o resultado foi o oposto: a empresa necessitava de mais funcionários. Em junho de 2008 veio à ação que obrigou o empresário Paulo Pimentel a pagar o que sempre deveu aos jornalistas que trabalhavam e não recebiam horas extras.

Regis Luís Cardoso

Jornalistas que venceram ação de horas extras contra GPP em assembleia na sede do Sindijor

Negociação se estendeu por mais de uma gestão

Segundo Márcio Rodrigues, "para toda diretoria do Sindijor-PR que acompanhou a ação, nada poderia ser mais positivo e pedagógico. O Sindicato deu um basta no desrespeito patronal e às falsas testemunhas cooptadas pela direção da empresa para mentir em juízo", enfatiza o ex-presidente. Ele vê esta vitória como um caminho para a reconquista do direito dos jornalistas paranaenses de trabalhar cinco horas diárias conforme prevê artigo 303 da CLT.

"A vitória monetária foi para um grupo de cem jornalistas. A vitória maior, de manter um conceito que preserva nossos direitos, foi dos quase oito mil jornalistas que moram ou trabalham aqui nesse estado. Por isso, uma vitória mais pedagógica e menos monetária", conclui Márcio Rodrigues.

Guerra do Contestado: resistência sertaneja

Milton Ivan Heller lança livro que retrata todo contexto que envolve um dos maiores conflitos civis das Américas

O jornalista e historiador curitibano Milton Ivan Heller lançou, no mês de agosto, o livro "A Atualidade do Contestado – Edição do Centenário da Guerra Camponesa". A obra (JM Editora) mostra a complexidade de "uma das maiores guerras civis do continente americano", como cita Eduardo Galeano em seu livro "As Veias Abertas da América Latina".

O Sindijor-PR foi até a casa de Milton para entrevistá-lo, esse que é um senhor jornalista com mais de 40 anos de profissão, tendo passado por inúmeros jornais e escrito livros como: "Anibal, o Homem", "Resistência Democrática", "Memórias de 1964 no Paraná", "De Catanduvas ao Oiapoque", "Conspiração Nazista nos Céus da América", "Os Índios e seus Algozes" e Valmor Weiss – O Prisioneiro da Cela 310".

Milton costuma publicar trabalhos que se diferenciam, não só pelos temas polêmicos, mas por irem direto ao assunto. E sua nova obra mantém essa 'pegada'. No ano do centenário da Guerra do Contestado, o escritor é enfático: "é uma data não comemorativa, principalmente quando se vê um derramamento de sangue tão brutal que exterminou tanta gente", diz Milton.

O livro vai além da emancipação do Paraná e das disputas territoriais com Santa Catarina, "A Atualidade do Contestado" revela o extermínio de um povo – aproximadamente 10 mil pessoas morreram, entre soldados e camponeses.

Só a Lumber, uma das multinacionais que se aproveitaram das terras envolvidas nestas "negociações", instalou serrarias pelo território do Contestado e, em poucos anos, "foi responsável por um dos maiores desmatamentos já ocorrido na história da humanidade" – Ernani Buchmann ("Quando o Futebol Andava de Trem").

O cenário do Contestado é realmente peculiar. Episódios marcantes, que envolvem nomes como Alferes João Gualberto, morto numa batalha em Irani (Joaçaba – SC), em 1912, ao subestimar seu oponente, e que gerou uma resposta sanguinária do governo federal brasileiro.

EXTRA PAUTA: O senhor poderia explicar como foi a pesquisa sobre a Guerra do Contestado? O que o motivou a fazer este trabalho?

Milton Ivan Heller: Bom, há tempos pensava em escrever sobre o Contestado. Usei muitos documentos da Biblioteca Pública Nacional e também da paranaense. Também busquei informações em Santa Catarina e nas bibliografias já lançadas. E o que me motivou ao lançamento é porque vejo uma despolitização entre os jovens. Muitos não têm referência, não sabem nem sobre o golpe militar de 64, no Brasil.

EP | Relativo a essa questão de despolitização e especificamente sobre o Contestado, o senhor acha que as apostilas escolares passam a informação correta?

MIH: Não. As apostilas e todo o sistema educacional são hegemônicos. Então sempre vão pender para o poder. A Guerra do Contestado foi algo em que camponeses se rebelaram contra o capitalismo, mesmo aquelas pessoas simples, não tendo consciência do que faziam, praticavam táticas de guerrilha e resistiram até que foram mortos. No entanto, são tratados como fanáticos religiosos e vagabundos.

EP | Qual a principal causa da Guerra do Contestado?

MIH: Uma semelhança que o Contestado tem com outras guerras no Brasil é que o latifúndio estava envolvido. Assim como em Canudos ou na revolta da Chibata, há opressão com muito derramamento de sangue e violência. Porém, no Contestado, havia outros fatores. Não podemos esquecer que a empresa Brazil Railway e a Lumber, amparados pelo poder do estado, foram responsável por desapropriações de terras e um desmatamento jamais visto. Um capitalismo anárquico, com uma política preconceituosa, taxando os sertanejos de fanáticos religiosos e vagabundos. Na verdade, eles foram esquecidos pelos governos do Paraná e Santa Catarina, pois eram índios, negros, escravos foragidos, imigrantes, etc. Essas pessoas foram oprimidas e chegou ao ponto de não terem mais saída: era lutar ou morrer.

EP | O que torna a Guerra do Contestado tão complexa e peculiar?

MIH: A forma como ela foi tratada pelo poder. Todos os recursos bélicos, tropas e equipamentos, não foram suficientes para derrotar os sertanejos. Nem o recrutamento obrigatório de batalhões de civis, muitas vezes mercenários bem pagos, que faziam a linha de frente das tropas, foi suficiente para derrotar esses guerreiros. Existem depoimentos dos próprios combatentes que reconhecem como principal causa da derrota dos sertanejos a fome e a epidemia.

EP | E a figura do monge José Maria, assim como Maria Rosa. O que tornam esses personagens tão importantes para o Contestado?

MIH: O monge foi um líder. Os sertanejos eram apegados a crenças, muitos eram índios ou mestiços. José Maria foi um desertor da 14º Regimento de Cavalaria, em Curitiba, foi considerado santo. Ele e Antônio Conselheiro faziam coisas parecidas e nem se conheciam. Dava conselhos, benzia, ensinou os sertanejos a manusear armas, fazia partos e batizados. Criou as procissões, uma nova seita. Maria Rosa, também vidente, transmitia aos sertanejos as ordens de José Maria. Maria Rosa está na história do Brasil, mesmo ignorada nos livros didáticos.

EP | Da resistência dos camponeses, trazendo para hoje, o que pode ser tirado de mais importante do Contestado?

MIH: Essa grande guerra camponesa vai além do misticismo e do fanatismo religioso. O Contestado é um retrato de uma repressão implacável, da entrada do capitalismo selvagem, do poder exercido pelos latifundiários. A herança está no primitivismo de um povo que viveu o comunismo, viviam em harmonia, não sabiam o que era riqueza nem pobreza, escravos e senhores, cobiça e rivalidade. Como disse o professor Nilson César Fraga em seu livro "Contestado o Território Silenciado", que a madeira mais nobre extraída do Contestado pela Lumber tornou-se decoração do Empire State Building, em Nova Iorque.

> "Os sertanejos foram brutalmente oprimidos e se rebelaram quando não havia mais saída. Os opressores do Contestado não venceram militarmente a guerra, os camponeses perderam o conflito para a pobreza e as doenças"
>
> Milton Ivan Heller

Regis Luís Cardoso

Evento destaca necessidade de mapear porões da ditadura em Curitiba

Muitas pessoas não sabem, mas o Shopping Curitiba, por exemplo, foi um dos locais usados pela ditadura militar para torturar pessoas

Manoel Ramires

Evento debateu a ditadura na América Latina e discutiu a importância de mapear os porões da ditadura em Curitiba

O debate "A ditadura sobrevive" contribuiu para a discussão sobre o período militar. O que muita gente não sabe é que alguns pontos populares da capital paranaense foram usados pelos militares para torturar opositores ao regime. Dois pontos bastante conhecidos dos curitibanos, a Praça Rui Barbosa e o Shopping Curitiba, eram destinos para presos torturados. "Eu tenho um sonho de que um dia haja um memorial que diga o que um local foi no passado, como na Argentina. O Shopping Curitiba também foi usado pela ditadura e pouca gente sabe", conta a jornalista Silvia Calciolari (foto), que foi uma das palestrantes no evento realizado dia 20 de agosto.

Na discussão sobre a ditadura, realizado no Sindicato dos Bancários, com organização do Sismuc, Sindijor e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, foram identificados alguns pontos históricos em Curitiba. Segundo Calciolari, essas identificações são muito importantes para que as práticas cometidas entre 1964 (Ato Institucional 5) e 1985 (Fim da Ditadura) não se repitam em outras formas de governo. No mês de outubro, um projeto para criar pontos de Memória da Ditadura na capital paranaense deverá ser votado na Assembleia Legislativa do Paraná, como um dos eventos da vinda da Comissão da Verdade ao estado.

PRAÇA RUI BARBOSA

A Praça Rui Barbosa é um dos pontos mais populares de Curitiba. Na praça ficam também a Rua da Cidadania Matriz e um comércio popular. O local também foi utilizado pela Ditadura Militar para prender e torturar opositores ao regime.

Fronteira discute democracia na América Latina e golpe do Paraguai

O dia 15 de agosto é considerado "Dia de Solidariedade Internacional ao Povo Paraguai". E para contribuir com as discussões que ocorreram pelo mundo, em Foz do Iguaçu, realizou-se um debate em torno dos rumos do país vizinho. O impeachment do presidente do Paraguai Fernando Lugo, levou as entidades a Casa da América Latina, APP-Sindicato, Guatá, Casa do Teatro, DCE da Unioeste (Campus de Foz do Iguaçu), Movimento Universidade Popular e a Subseção do Sindijor-PR na fronteira, a realizar um debate sobre o tema, no início de agosto.

Com o miniauditório da Unioeste lotado, o evento provocou a reflexão crítica e coletiva a partir de uma concepção internacional do sistema capitalista. A ocasião contou com a presença de Fabian Franco (presidente da Federação dos Estudantes de Universidades Públicas do Paraguai), Edmilson Costa (professor de Economia da Faculdade de Belas Artes de São Paulo), Alfonso Klein (professor de Relações Internacionais e membro do Núcleo de Estudos Marxianos-Latino Americanos da Unioeste de Toledo) e Marcelo Gomes (professor de Ciências Sociais da Unioeste de Foz do Iguaçu).

PEC dos Jornalistas aprovada no Senado

O Plenário do Senado aprovou, no dia sete de agostos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2009, conhecida como PEC dos Jornalistas. A proposta, aprovada em segundo turno por 60 votos a quatro, torna obrigatório o diploma de curso superior de Comunicação Social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. Agora a matéria segue à Câmara dos Deputados. A proposta tenta neutralizar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de junho de 2009 que revogou a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. De 1º julho de 2010 a 29 de junho de 2011, foram concedidos 11.877 registros, sendo 7.113 entregues mediante a apresentação do diploma e 4.764 com base na decisão do STF.

LUTA AGORA NA CÂMARA FEDERAL

Após aprovação da PEC no Senado, a mobilização se direcionada para acelerar a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados. Sindicatos de todo o Brasil intensificam contatos com os parlamentares e buscam apoio social à proposta. "Precisamos constituir um movimento cada vez mais forte e com mais apoios", destaca Valci Zuculoto, diretora da FENAJ e membro do GT da campanha em defesa do diploma. O plano de ação da Federação Nacional dos Jornalistas criará um calendário de mobilizações e uma agenda articulada com a Frente Parlamentar em Defesa do Diploma *(Com informações da Agência Senado e Fenaj)*.

Mestrado em Jornalismo na UEPG - Inscrições abertas

O primeiro Mestrado em Jornalismo do Paraná abre inscrições para seleção discente. O Programa é ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e tem como área de concentração os processos jornalísticos. Interessados em participar do processo seletivo ao Mestrado devem entrar no site http://pitangui.uepg.br e se cadastrar até o dia 5 de novembro.

O Mestrado está estruturado em duas linhas de Pesquisa: Processo de Produção Jornalística (LP1) e Processos Jornalísticos e Práticas Sociais (LP2), que reúne 11 professores, entre permanentes e colaboradores. "É uma iniciativa que vai fazer a diferença nos estudos em Jornalismo, tanto na Universidade como no Estado", acredita o coordenador do Programa, Sérgio Luiz Gadini.

A UEPG é a segunda universidade autorizada a ter o Programa no país, junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "O Mestrado em Jornalismo deve ajudar a fortalecer o ensino e a pesquisa na área. É um desafio importante, por ser o segundo curso específico no Brasil. Por isso mesmo, projetos em parceria com entidades e organizações são fundamentais", completa Gadini.

Nota Oficial: Sindijor-PR apoia jornalistas da TV Pública do Paraguai

O Sindijor-PR expressa apoio aos jornalistas da TV Pública do Paraguai, localizada na capital Assunção. Após o Golpe de Estado Parlamentar do dia 22 de junho deste ano, a TV e seus trabalhadores passaram a ser alvo de ataques por parte do governo de Federico Franco. Demissões, ameaças pessoais e cortes de recursos hoje são constantes.

A emissora, primeira TV pública da História do país, lançada em 2011, mantinha um conteúdo crítico, independente, e agora teve parte de sua programação tirada do ar. Só não foi alterada por completo devido à população que, na noite do Golpe de Estado, posicionou-se em frente à TV para denunciar o golpe e defender a manutenção da voz da emissora.

Fotos: Regis Luís Cardoso

Jornalista tem jornada adequada na Sanepar

Os jornalistas paranaenses conquistaram mais uma vitória em agosto. O trabalhador Carlos Mion teve sua jornada de 5h reconhecida pela Sanepar. O acordo foi firmado entre a empresa e o jornalista, que estava trabalhando oito horas ao invés das cinco horas conforme determina a CLT. Dentre os jornalistas contratados pela Companhia de Saneamento do Paraná, este é o primeiro caso de um profissional adequado à jornada legal da categoria.

No caso específico de Carlos Mion, houve um acordo para que a Companhia pague pelas três horas extras diárias que ficaram pendentes no histórico do trabalhador. De acordo com a investigação do MPT e de auditores fiscais, constatou-se que ele trabalhava acima da jornada legal.

Esse foi o resultado de uma intervenção do Sindicato junto ao Ministério Público do Trabalho, em 2011. O Sindijor-PR trabalha agora para que a Sanepar reconheça e ajuste a situação de todos os jornalistas (cinco horas diárias, cartão-ponto, pagamento das horas extras executadas e o reconhecimento do Sindicato como representantes dos trabalhadores na empresa).

Jornalista Carlos Mion teve jornada adequada na Sanepar

Privataria tucana na TV Cultura

A matéria principal e capa da revista Caros Amigos de agosto, pauta o desmonte da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura. Segundo matéria, a Fundação passa por um período jamais visto de ingerência política, reflexo dos governos tucanos paulistas de Serra e Alckmin. Uma carta-manifesto, assinada por sindicatos, movimentos sociais, jornalistas da imprensa alternativa, pesquisadores, artistas plásticos, ex-funcionários da TV Cultura e defensores da democratização da comunicação, entre outros, resume essa situação:

"O momento que vive a Fundação Padre Anchieta suscita preocupações de várias ordens. Em primeiro lugar, pela perda da capacidade de produção própria em função das opções administrativas e grande quantidade de demissões. Em segundo, por opções editoriais que afetam sua dimensão de serviço público, como a inclusão do programa da Folha de S. Paulo em sua grade. Em terceiro, por uma falta de clareza no projeto estratégico, que parece não ter bem resolvida a tomada dos índices de audiência como indicadores. Finalmente, pela opção do Conselho Curador por um acompanhamento mais distante do processo que se desenvolve no cotidiano das rádios e da televisão, o que faz com que ele não cumpra papel importante que teria na defesa do caráter público das emissoras" – Caros Amigos (agosto/2012).

Sindijor realizou o Primeiro Encontro Estadual de Planejamento

Dia 11 de agosto aconteceu o 1º Encontro Estadual de Planejamento. Estiveram reunidos, na sede do sindicato, representantes de Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa, além dos membros da capital. O encontro serve para nortear as atividades do Sindicato durante 2012: "planejar é o primeiro passo para que a diretoria e as subseções do Sindijor-PR estejam em sintonia. A grande participação nesse primeiro planejamento é o sinal de que vontade não falta para nossa gestão", enfatiza Guilherme Carvalho, presidente do sindicato.

Planejamento reuniu jornalistas de Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa

Campanha Salarial 2012!

Sindijor realizou, no mês de agosto, uma consulta aos jornalistas para definir prioridades da Campanha Salarial deste ano

O texto "Quais as principais reivindicações para a Campanha Salarial deste ano?", enviado pelo Sindijor-PR aos jornalistas paranaenses, lista alguns pontos para que os profissionais escolham o que consideram temas prioritários para negociações com as empresas de comunicação. "Acreditamos que esta consulta é uma forma democrática para que os trabalhadores indiquem as principais reivindicações. Com a participação dos jornalistas, o Sindicato tem mais representatividade na Campanha Salarial", explica Célio Martins, diretor de defesa corporativa do Sindijor.

A consulta que o Sindijor promoveu lista reivindicações que não constam na Convenção Coletiva atual. A votação ocorreu por email e Facebook, com 15 pontos para que os jornalistas escolhessem cinco que consideram prioritários. Célio Martins diz ainda que "os direitos conquistados pelos trabalhadores e que estão na Convenção, como anuênio, licença maternidade de 180, etc., são inegociáveis".

No fim de julho o Instituto Verificador de Circulação (IVC) registrou um aumento de 2,3% na circulação do meio Jornal no primeiro semestre no Brasil. Agora o Sindijor-PR, em Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel (respectivas subseções) e outras cidades do interior, além de todos os trabalhadores, começam a mobilização por uma nova Convenção Coletiva de Trabalho que garanta um aumento real digno.

Assembleias estão sendo agendadas em todo o estado e deverão ocorrer até o dia 15 de setembro, visando a aprovação da pauta de reveendicações.

TABULAÇÃO

Após consulta realizada, o Sindijor-PR fará tabulação dos dados que apontarão as principais reivindicações que irão para a mesa de negociação na Campanha Salarial 2012/2013.

Sindijor-PR e jornalistas da RTVE avaliam negociação

Sindijor e jornalistas da RTVE levam proposta à Secretaria Estadual de Comunicação

Diretores do Sindijor-PR e os jornalistas da Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) se reuniram no dia 17 de agosto, no Canal da Música, em Curitiba. O objetivo foi avaliar a negociação do dia 15, no Palácio do Iguaçu, com o secretário de comunicação do estado e membros da direção da emissora.

Na reunião no Palácio do Iguaçu, o secretário Marcelo Cattani e o presidente da RTVE Paulo Vítola se mostraram dispostos a resolver os pagamentos de salários não inferiores ao piso do jornalista (R$ 2.323,68), adequação dos funcionários às 5h diárias, pagamento de horas extras com adicional de 100% (caso haja excedente de jornada) e o fim do acúmulo de função.

O Sindijor também ouviu do governo que em até 90 dias uma proposta de adequação e um novo modelo de gestão será encaminhada aos trabalhadores da emissora. Esta seria uma proposta para resolver a situação dos chamados "cachês" e dos comissionados. Cattani afirmou também que irá apresentar a proposta para a categoria avaliar a medida antes de oficializá-la.

Já o concurso público, ponto central da pauta, teve um avanço significativo, porém, com prazo muito estendido para o seu cumprimento. Cattani afirmou que pretende abrir concurso em até 36 meses. Para o presidente do Sindijor, Guilherme Carvalho, o prazo precisa ser renegociado. "São três anos até a abertura do concurso. Isto poderia ser revisto, já que estamos falando de um prazo que culmina com o fim da atual gestão", aponta. O ponto positivo é que há acordo para que se crie uma comissão composta por trabalhadores, empresa e secretaria do estado para a elaboração do edital.

Inscrições abertas para o 7º Prêmio Sangue Bom

A novidade deste ano são as quatro novas categorias. Inscrições seguem até 1º de outubro

As inscrições para o 7º Sangue Bom estão abertas e irão até 1º de outubro. Este ano a novidade fica por conta das 12 categorias que premiarão os jornalistas do Paraná (acontecerá dia 4 de dezembro no teatro da PUC-PR, que apoia a premiação). "Procuramos, nesta nova edição, manter a proposta inicial de reconhecimento do trabalho jornalístico paranaense, mas aprimoramos com quatro novas categorias, justamente para valorizar o jornalismo contemporâneo e abrir a possibilidade para inovar na nossa profissão", explica Cristiane Lebelem, diretora administrativa de professores e estudantes.

A iniciativa do Sangue Bom 2012 é do Sindijor-PR e do Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná. Este ano o evento conta com o patrocínio da Itaipu Binacional e o objetivo é estimular, divulgar e reconhecer os profissionais paranaenses. As quatro novas categorias deste ano são: Reportagem para Impresso Sindical, Inovação na Comunicação da Informação, Projeto de Comunicação Integrada e Reportagem para impresso de Organizações Sociais. A respeito dos novos troféus, segundo Lebelem "o jornalismo atual engloba novos sistemas comunicacionais, onde mídias sociais estão integradas às mídias tradicionais; e a valorização do jornalismo comunitário vem acompanhada do importante processo de democratização do acesso a informação".

O Sangue Bom será aberto apenas para jornalistas sindicalizados e em dia com suas obrigações sindicais (Sindijor-PR ou Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná – Londrina e Região). Para os jornalistas que não são sindicalizados ou que não estão em dia com a contribuição sindical, a inscrição só será realizada após regularização da documentação.

Para concorrer ao Sangue Bom do Jornalismo Paranaense, os jornalistas devem estar estabelecidos no Paraná e trabalharem no estado. Os trabalhos enviados precisam estar publicados no período de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

INSCRIÇÕES

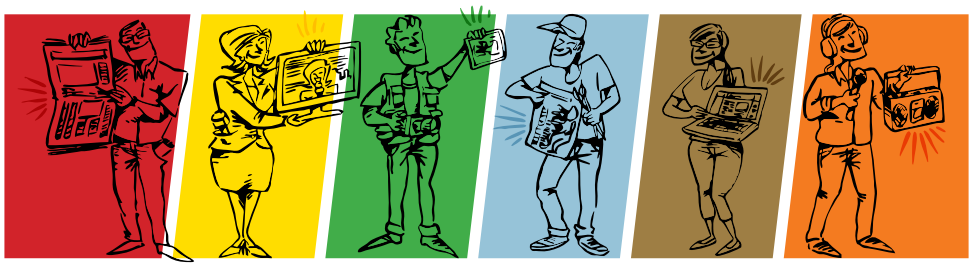
As inscrições poderão ser feitas pelo correio ou pessoalmente na sede do Sindijor-PR, Rua José Loureiro, 211, CEP 80010-140, Centro, Curitiba, Paraná, de 28 de agosto a 30 de setembro de 2012. Os trabalhos deverão ser colocados num envelope com a indicação 7º PRÊMIO SANGUE BOM DO JORNALISMO PARANAENSE. O concorrente também deverá anexar ficha de inscrição (no site), devidamente preenchida, e comprovante de registro profissional (exceção feita aos diagramadores que são desenquadrados nas empresas como paginadores).

CATEGORIAS

O 7º Sangue Bom apresenta 12 categorias: Reportagem Impressa (jornal/revista); Reportagem para Rádio; Reportagem para Televisão; Reportagem para Internet; Reportagem para Impresso Sindical; Fotografia; Artes; Página Diagramada; Assessoria de Imprensa; Inovação na Comunicação da Informação; Projeto de Comunicação Integrada e Reportagem para impresso de Organizações Sociais.

Saiba tudo sobre o evento no site do Sindijor-PR: sindijorpr.org.br

7º Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense



Sindicalize-se!

Juntos somos mais fortes!

O **Sindijor-PR** é o representante legal dos jornalistas do Paraná. Mas essa representatividade não vale de nada se os profissionais da área não estiverem sindicalizados. A sindicalização garante legitimidade para o sindicato nas mesas de negociação e fortalece a representatividade. Além disso, é com o dinheiro das mensalidades que se pagam a estrutura, os salários dos funcionários do sindicato, as campanhas e os eventos realizados anualmente. **Seja um jornalista sindicalizado!**

VALOR DA MENSALIDADE:
R$ 23,23 (equivalente a 1% do piso salarial)

COMO SE SINDICALIZAR:
1. Preencher ficha de sindicalização (site, e-mail, diretores ou na sede do sindicato).
2. Entregar pessoalmente ou via correio os seguintes documentos anexados à ficha:
- 2 fotos 3x4;
- cópia do registro profissional no Ministério do Trabalho (carteira de trabalho);
- cópia do diploma de graduação em Jornalismo/ Comunicação Social-Jornalismo.

OPÇÕES PARA PAGAMENTO:
Desconto em folha (apenas para profissionais contratados por empresas jornalísticas):
1. Preencher duas vias da autorização para desconto em folha (site, e-mail, diretores ou na sede do sindicato).
2. Entregar uma via no RH da empresa e outro para o Sindijor (pode ser enviado via correio, aos diretores, scaneada por e-mail ou pessoalmente).

Boleto bancário:
1. Existem duas opções, neste caso. Pode ser paga a anuidade, com desconto de 10% ou a mensalidade. O boleto é enviado no final do ano para a casa do sindicalizado.

COMO REGULARIZAR SUA SINDICALIZAÇÃO:
1. Entrar em contato com o Sindijor por telefone ou e-mail e solicitar a regularização.
2. Cobra-se até 7 mensalidades para colocar tudo em dia.
3. Boleto será encaminhado por email, correios ou pode ser retirado na sede do sindicato.
4. Com boleto pago, a situação é regularizada automaticamente.

COMO OBTER SUA CARTEIRA PROFISSIONAL DE JORNALISTA
A carteira nacional de jornalista é documento de identidade pessoal e profissional, válido em todo o território nacional e só poderá obtê-lo o jornalista que tenha registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego com formação profissional. O documento é emitido pelos Sindicatos de Jornalistas nos estados e é uma ferramenta para assegurar a prática da profissão em qualquer local com validade de 3 anos. Além disso, o documento também é aceito para alguns convênios (confira lista no site do Sindijor-PR).

VALORES:
Sindicalizado em dia: R$ 85,00
Sindicalizado que não está em dia: R$ 170,00
Não sindicalizado: R$ 340,00

COMO OBTER SUA CARTEIRA INTERNACIONAL DE JORNALISTA
A carteira internacional é o documento de identificação do jornalista no exterior. O titular da carteira internacional tem benefícios - desconto ou gratuidade - no ingresso de cinema, museus, espetáculos, etc, que variam de país a país. Outra finalidade importante do documento é facilitar o acesso às entidades sindicais filiadas à FIJ (Federação Internacional de Jornalistas) e a eventos profissionais. Dessa forma, fica mais fácil encaminhar solução de problemas que possam surgir quando o jornalista está em outro país. A validade é de 2 anos. Para obter a sua é necessário estar sindicalizado.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:
- Fotocópia da carteira nacional de jornalista em dia;
- Preenchimento de requerimento;
- uma foto 3x4.

VALORES:
Sindicalizados em dia: € 50,00
Sindicalizados inadimplentes: € 100,00

Solicite a sua carteirinha pelo e-mail ***gerencia@sindijorpr.org.br*** ou pelo telefone ***(41) 3224-9296***. A emissão é feita pela Fenaj ou FIJ, mas deve ser solicitada nos sindicatos estaduais. O pagamento pode ser feito pessoalmente no sindicato ou por depósito bancário.

EM CASO DE DÚVIDA
Qualquer documento ou ficha do Sindijor-PR pode ser obtida no site do sindicato em "documentos", com diretores do Sindijor, na secretaria do sindicato ou pode ser solicitada pelo e-mail ***gerencia@sindijorpr.org.br*** ou, ainda, pelo telefone ***3224-9296***.